

O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL: O CASO DO ASSENTAMENTO AGRÁRIO DA COMUNIDADE RURAL PONTA DE GRAMAME, JOÃO PESSOA- PB

Antonio Cícero de Sousa*, Veralúcia Fernandes da Silva Sousa, Jeremias Jerônimo Leite

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, e-mail: antonio.cicero@ifpb.edu.br

RESUMO

A comunidade ponta de Gramame é representada pelos assentados da reforma agrária em zona de conflito. As famílias sobrevivem do cultivo diário de: macaxeira, feijão macassa, batata doce, inhame, milho, mamão, melancia, maracujá, acerola, banana, manga, jaca, caju, hortaliças e da comercialização de outros produtos, como camarão, leite, mel de abelha e criação de bovinos, aves e suínos. O acesso à informação pode contribuir para o desenvolvimento local; no caso em questão, para que a comunidade tenha acesso aos programas de assistência à agricultura familiar, à escola, à educação, à saúde e ao desenvolvimento rural sustentável. O acesso a estas políticas públicas, contribuirá para a implementação do programa de gestão ambiental e o emponderamento da comunidade local. Este trabalho pretende investigar de que forma o acesso à informação viabiliza o conhecimento das políticas públicas ofertadas pelo poder público dos assentados de Ponta de Gramame, bem como compreender as práticas de comunicação desses agricultores e relacioná-las com o plano de gestão ambiental. A pesquisa foi realizada na comunidade Ponta de Gramame localizada na zona sul do município de João Pessoa, que hoje conta com aproximadamente 500 habitantes distribuídos em 48 famílias, com uma média de oito membros da família por residência. Segundo os moradores a luta pela sobrevivência na comunidade é constante, eles trabalham o dia todo para que nenhum palmo de terra fique descoberto por se tratar de uma zona de conflito. Sobre a coleta do lixo foi perguntado aos moradores da comunidade qual seu destino. Apenas quatro famílias armazenam o lixo em sacos e a cada quinze dias é levado para a sede do sindicato e dado o destino final pela coleta de lixo da Prefeitura de João Pessoa, porém, a maior parte enterra em buracos ou incinera na própria comunidade. Sendo que uma pequena parte antes desse procedimento faz uma separação sobre os que podem ser aproveitados para venda, gerando um retorno financeiro para algumas famílias da comunidade. Perguntado sobre a qualidade da água para o consumo humano, por unanimidade responderam que na comunidade não tem água tratada. Sem alternativas, os moradores são obrigados a consumirem dessa água que originam de nascentes e cacimbas localizados dentro da comunidade. Os resultados das entrevistas revelam que 14,5% das casas são construídas de alvenarias e 85,5 % de taipa sendo que todas as casas dispõem de energia elétrica, porém não existem banheiros adequados para suas necessidades. Assim, o acesso à informação é imprescindível no tocante à gestão ambiental e o acesso às políticas públicas como uma ferramenta para o alicerce na construção de uma gestão que atenda as demandas e as necessidades reais da população e sua efetiva participação social.

PALAVRAS-CHAVE: Assentados, gestão ambiental, acesso à informação, agricultura familiar.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos culturais ingleses, buscando compreender a ação dos meios de comunicação de forma contextualizada, surgiram entre meados da década de cinquenta e início da década de sessenta por pesquisadores reunidos no Center for Contemporary Studies de Birmingham, tendo como principal expoente, Richard Hoggart (HOGGART, 1957).

No Brasil, os estudos de recepção, nasceram da renovação teórica e metodológica iniciada na segunda metade dos anos setenta, período em que se verificou a crescente preocupação de antropólogos, sociólogos e comunicadores com a emergência da indústria cultural na América Latina. A busca de modelos adequados para entender a comunicação numa região tão complexa culturalmente e com desníveis sociais e econômicos acabou gestando o que hoje está sendo denominado de pensamento latino-americano (KESSLER, 1997).

Segundo KESSLER (1997), os “fatores estruturais e culturais orientam o comportamento do receptor, ao mesmo tempo que esse comportamento influencia o conteúdo dos meios, pois é com essa troca dinâmica que se realiza a produção do que veiculam”. No momento histórico em que o conceito de comunicação participativa ganhava espaço no início da década de 1980, avançavam também o neoliberalismo e a globalização, que mudariam em pouco tempo as bases estruturais da economia, política, cultura e da comunicação no mundo (BELTRÁN, 2005). Iniciava-se a década perdida para a economia, mas não para a reflexão nem para a ação de latino-americanos no sentido de se alcançar mudança social (BELTRÁN, 2005). Nesse contexto, o entendimento de comunicação passa pela defesa da diversidade cultural. Fala-se também em informação como prática de formação e desenvolvimento da “cidadania comunicativa”

(EMBRAPA, 1996). Para BORDENAVE (1995), “sem comunicação não pode existir a participação. De fato, a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer pelo menos dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo”. Esse autor entende diálogo como “a maior força para a participação” e destaca que não se limita a uma conversa, implicando, sim, em um participante “se colocar no lugar do outro para compreender seu ponto de vista; respeitar a opinião alheia; aceitar a vitória da maioria; pôr em comum as experiências vividas, sejam boas ou ruins; participar a informação disponível” (BORDENAVE, 1995).

De acordo com Cácia CORTEZ (1999), o trabalho de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foi construído num processo lento, com muitos impasses. Sem apoio da mídia e mesmo sem contar com profissionais de comunicação, o movimento assumiu a produção de material informativo voltado para o próprio grupo e também ao público externo. CORTEZ, informa que “Para nós, a comunicação não é um apêndice, uma coisa paralela, à parte. Ela faz parte das ações, tanto que, no MST, o setor de comunicação é tão importante quanto o setor de produção, que é quem ajuda a pensar e organizar os assentamentos”

Não só para o meio rural, mas para todo o movimento popular nacional, o MST é um caso emblemático de organização em busca de direitos sociais. Com base em relato da jornalista Cácia CORTEZ (1999), então responsável pela comunicação do MST, no I Simpósio Comunicação, Cultura e Política, de setembro de 1997, pode-se dizer que o movimento exemplifica o amadurecimento que iniciativas sociais estariam obtendo sobre o uso amplo da comunicação.

A produção da agricultura somente para a subsistência já não basta. Não há como o agricultor resistir restringindo-se a ela. De acordo com DUPAS (2007), é preciso ser evolutivo, de modo que se pense em alternativas e estratégias que garantam outra lógica produtiva, incluindo aí a inserção de técnicas e hábitos empreendedores rentáveis, mas que primem também pela preservação dos recursos naturais.

1.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Segundo WANDERLEY (2009), uma nova visão do rural está em curso, na qual são conjugadas as atividades produtivas, especialmente as agropecuárias, e as que atribuem ao meio o caráter de patrimônio a ser usufruído e preservado. Os fluxos migratórios tanto do campo para a cidade como o inverso são fomentados pela combinação da nova dinâmica do campo à crise do modo de vida urbano.

Extrapolando a clássica dualidade entre completa urbanização do rural ou o seu renascimento, (VEIGA, 2006) fala em “casamento da cidade e do campo” e, a exemplo de WANDERLEY (2009), sinaliza o “nascimento” – e não renascimento – de uma nova ruralidade. Ao meio rural caberiam as funções de “conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades e exploração de novas fontes de energia” (VEIGA, 2006). Para WANDERLEY (2009), o meio rural passou a ser percebido “como portador de soluções” ao apresentar alternativas de emprego, de melhoria qualidade de vida e de aprofundamento das relações sociais pessoais.

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Desenvolvimento não se dissocia mais de valores, como equidade e justiça social. A sustentabilidade impõe exigências à rentabilidade meramente econômica. As possibilidades de escolha dos diversos atores sociais, em diálogo, se contrapõem à visão da irreversibilidade dos processos dominantes. O camponês é um ator da sociedade e não um mero produtor de mercadorias (WANDERLEY, 2009).

Partindo da coexistência de arranjos variados no meio rural brasileiro, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (ano) apresenta em sua obra mais recente, “O mundo rural como um espaço de vida, rica contextualização da agricultura familiar”. Segundo essa especialista, que é adotada nesta tese como leitura orientadora sobre a temática, multiplicaram-se nas sociedades modernas as formas de agricultura familiar não camponesa – para WANDERLEY (2009), a agricultura camponesa está na origem dos estudos da organização familiar de produção.

No Brasil, o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas. Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário.

1.3 A COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL

O sistema de produção familiar sobrevive, mas vem se modificando rapidamente. A expansão gradual da agricultura empresarial trabalha de forma a favorecer as propriedades familiares maiores, que estão ampliando suas áreas de terras cultiváveis e a capacidade de produção, a partir de grandes investimentos de capital. Privilegia-se e incentiva-se quem tem capacidade de promover a modernização no campo e voltar-se para as necessidades do mercado.

Em sua análise do mundo agrário na era do globalismo, IANNI (1996) observa que “tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global” Nesta nova realidade, a comunicação está mais presente que nunca. A televisão, o rádio, o telefone celular, o DDD, o computador, a internet tornam-se cotidianos e necessários em todos os lugares. As tecnologias informacionais são incorporadas na produção e comercialização, constituindo se também como ferramentas imprescindíveis à introdução de práticas inovadoras no campo, seja pela infinidade de informações que fornecem, pela interação que possibilitam com as realidades mais distintas e pela cooperação de ideias que fluem incessantemente nas redes interativas, concretizando o ideal preconizado por Lévy no conceito de “inteligência coletiva” (1999). O acesso deixou de ser problema, visto que a crescente expansão da internet contempla também as regiões mais remotas, incluindo o meio rural, a um custo bastante acessível. A internet, como observa CASTELLS (2001) revolucionou o processo de comunicação e por meio dele a cultura em geral, favorecendo a comunicação desinibida e estimulando a participação de classes antes alijadas dos meios tradicionais. O uso da comunicação mediada por computador alcança toda a esfera de atividades sociais e vem se tornando um fenômeno também na formação de comunidades virtuais, muitas das quais interessadas em compartilhar experiências e conhecimentos.

A nova vida no campo propõe valores sustentáveis que tendem a fazer do produtor rural um empreendedor que cuida de suas atividades com orientações e foco no crescimento sustentável, valorizando os recursos naturais, além de inserção no mundo globalizado, o que faz da comunicação instrumento imprescindível. E esta é uma realidade que, embora esteja intimamente relacionada aos interesses e ações dos grandes produtores, vale também para a agricultura familiar de pequeno porte, até como forma de sobrevivência num contexto que ainda carece de inovações e organização para enfrentar a competitividade dos dias atuais.

O novo momento da agricultura favorece quem tem visão e capacidade de transformar o campo. A agregação de valor da produção rural e o necessário perfil empreendedor são fatores decisivos para o futuro da propriedade rural, onde o jovem pode reencontrar seu lugar. As tecnologias informacionais que lhe são colocadas à disposição são a porta de entrada das tecnologias inovadoras e, conseqüentemente, de um novo modelo de produção.

1.4 A COMUNIDADE DE PONTA DE GRAMAME

A luta pela permanência dos moradores Ponta de Gramame vem de muito tempo desde o ano de 1999, quando em 02 de fevereiro daquela, cerca de 60 famílias ocuparam a fazenda Ponta de Gramame, área improdutivo com aproximadamente 164 hectares, situada no município de João Pessoa, na área viviam seis famílias, há cerca de 20 anos e a ocupação foi uma estratégia para reforçar a luta dos/as posseiros que estavam sendo ameaçados/as de expulsão pela Família Gouveia Falcone, proprietária da área, que queria transformar a Fazenda em um empreendimento imobiliário, informa o Grupo Gestar da UFPB (GRUPO GESTAR, 2011). Um ano depois, em março de 2000, o grupo imobiliário começou nova investida, desta vez, colocaram gado nas plantações com o objetivo de destruí-las, o episódio foi marcado por ameaças e por presenças de viaturas policiais que cercaram toda a área e as famílias, fato esse de ampla repercussão na mídia, que naquele momento tomaram uma postura de total apoio aos proprietários, descontextualizando as reivindicações das famílias e reproduzindo preconceitos contra a situação das famílias acampadas e posseiras. Em 2000 a luta continuou, dessa vez pela colaboração de policiais militares se fazendo de capanga dos proprietários ameaçaram mais uma vez as famílias.

No ano de 2001, mais um despejo foi iniciado, com lavouras destruídas, ferramentas apreendidas, cinco pessoas presas e várias feridas. De acordo com os trabalhadores, foram destruídos mais de 150 hectares de roça, que estavam prontas para a colheita. O Juiz do Fórum Distrital de Mangabeira na liminar de reintegração de posse determinou a total destruição das lavouras.

Em 2008, com a elaboração do novo plano diretor da cidade de João Pessoa, a prefeitura iniciou um processo de urbanização da área, sendo a discussão levada para outra esfera pública, ao término de seus trabalhos, declarou a área, sendo reconhecida como zona rural do município de João Pessoa que anteriormente era registrada como área de loteamento.

Neste mesmo ano em Sessão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba foi negado um pedido de assistência formulado pela Procuradoria do INCRA em um dos processos de reintegração de posse, que nesse momento se multiplicam no Fórum Distrital de Mangabeira, sem que ocorram audiências de justificação prévia, vistorias técnicas do poder judiciário, visita do Ministério Público Estadual, auxílio dos Conselhos de Direitos, nessa disputa jurídica o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba afastou a possibilidade do deslocamento do julgamento para esfera federal, pois, o Desembargador Relator (Juiz Convocado) Sr. Rodrigo Lima, no julgamento do Agravo de Instrumento, entendeu que não havia interesse manifesto da autarquia federal, haja vista que, os procedimentos administrativos versavam sob outra área do mesmo proprietário, na mesma localidade, porém, não apontou que as ações estavam sendo objeto de reintegrações de posse arbitrárias.

Em 2011, mais uma vez as famílias foram retiradas da área e como forma de proteção e continuação de suas lavouras, resolveram ficar nas proximidades onde poderiam continuar no aguardo do processo desapropriatório e organizar suas demandas do cotidiano, assim o fizeram, permanecendo fora das áreas reintegradas, assim como, suas lavouras, neste período segundo Grupo Gestar da UFPB (GRUPO GESTAR, 2011), permaneceram aproximadamente 36 famílias que englobam um total de 216 pessoas. Até hoje ainda não se tem a legalização da área rural onde vive a comunidade Ponta de Gramame.

Este trabalho pretende investigar de que forma o acesso à informação viabiliza o conhecimento das políticas públicas ofertadas pelo poder público dos assentados de Ponta de Gramame bem como compreender as práticas de comunicação desses agricultores e relacioná-las com o plano de gestão ambiental para a melhoria de qualidade de vida de suas famílias.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na comunidade Ponta de Gramame localizada na zona sul do município de João Pessoa-PB, numa área de assentamento agrário em questão, ocupada desde 1999. A comunidade, hoje tem uma população em torno de 500 habitantes distribuídos em 48 famílias, com uma média de oito membros da família por residência.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas duas visitas de campo: uma à comunidade Ponta de Gramame e outra a feira dos agricultores desta comunidade, que acontece semanalmente nas dependências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). As visitas foram realizadas no mês de julho e agosto de 2013. Todas as entrevistas foram realizadas com consentimento prévio dos participantes, onde foi aplicado um questionário aos agricultores familiares da comunidade rural de Ponta de Gramame.

Como medida de controle da qualidade dos questionários preenchidos, ao final de cada visita, a equipe pesquisadora conferiu e comentou o preenchimento de todas as questões e as anotações complementares. Para ter uma garantia da participação da maioria dos moradores da comunidade Ponta de Gramame, a primeira visita foi realizada no anexo da escola municipal Antonio Santos (**Figura 2**), onde funciona a escola de educação infantil, a Escola de Jovens e Adultos (EJA), como também a sede da associação da comunidade.



Figura 2 – Moradores da comunidade rural de assentados de Ponta de Gramame, João Pessoa-PB reunidos no anexo à escola. Fonte: Autor do Trabalho.

A segunda visita foi feita à feira dos agricultores desta comunidade que acontece na UFPB. Na ocasião foram entrevistados alguns agricultores da comunidade sobre a produção e comercialização dos seus produtos (**Figura 3**).



**Figura 3 – Feira dos produtores da comunidade rural de assentados de Ponta de Gramame, João Pessoa-PB.
Fonte: Autor do Trabalho.**

Quanto aos meios ou procedimentos técnicos para coleta de dados, foi empregado o método de entrevista estruturada (questionário). O questionário foi elaborado tomando as seguintes precauções: questões abertas e fechadas. Quanto às fechadas, elas serão objetivas e diretas, com linguagem clara e simples e que não deixem o entrevistado em dúvida. A escolha é justificada pelo fato da comunidade contar com grande índice de analfabetismo. Questões mais elaboradas poderiam prejudicar a interpretação e o andamento da pesquisa. As únicas perguntas que serão abertas referem-se á identificação dos entrevistados e questões sobre o meio ambiente e os tipos de cultivo local.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa sobre o grau de instrução dos moradores da comunidade estão mostrados na **Figura 4**.

Vocês sabem ler e escrever?

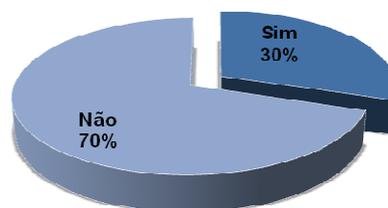


Figura 4: Acesso a educação. Fonte: Autor do Trabalho.

Os resultados revelam que 70% desta comunidade não sabem ler nem escrever. A pesquisa mostra uma preocupação, uma vez que estes dados estão muito abaixo da média nacional (IBGE, 2010).

No que se refere à renda familiar, além da ocupação da mão de obra da família na terra, os produtores conseguem uma renda considerável com a produção para sua sobrevivência. A maioria percebe um salário mínimo mensal para o sustento de suas famílias, sendo que 20% dos chefes de família em duas épocas do ano chegam a receber

um valor de até 1,5 salário mínimo. Segundo os moradores apenas 30 % da comunidade recebem o auxílio do bolsa família, Programa do Governo Federal.

No que se refere aos meios de comunicação, a **Figura 5** apresenta que 100% das famílias, utilizam a televisão e o rádio como meios de comunicação e entretenimento. Isso, porém, não se refere à informação, eles não se atêm a esses meios como instrumento para ter acesso aos programas de assistência da agricultura familiar dos governos, a saber: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Garantia Safra (GS), Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), dentre outros, que poderiam auxiliá-los numa melhor qualidade de vida. Tal percentual equivale aos moradores da comunidade que declararam utilizar o “boca a boca” e, até mesmo, o telefone como forma de se manterem informados.

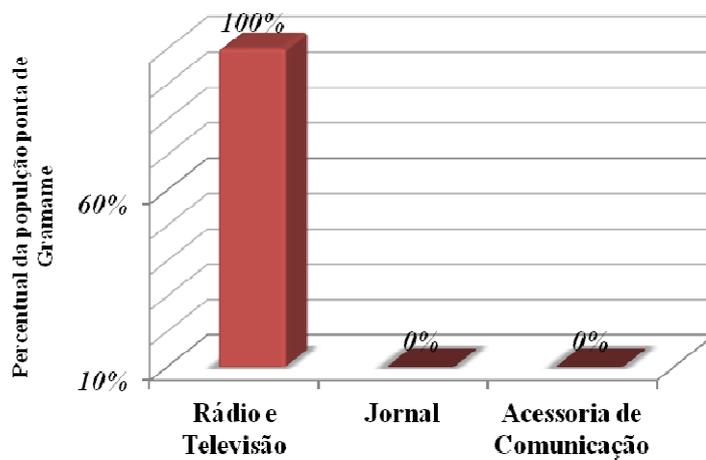


Figura 5: Acesso aos meios de comunicação. Fonte: Autor do Trabalho.

Ressaltando que a maioria já ouviu falar nesses programas e que apenas quatro pessoas tem conhecimento do que sejam. Os agricultores tiveram acesso a dois programas, que são o PAA através do programa Cinturão Verde do Município de João Pessoa e ao PNDTR do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado. No que diz respeito ao cadastramento, relata o morador: “nós só ficamos sabendo porque surgiu um boato na comunidade que alguma coisa ia acontecer para as mulheres, nós juntamos 10 pessoas e fomos a um grupo escolar no Valentina em João Pessoa para saber se era para a comunidade mesmo. E aí as mulheres que foram tiraram os documentos, mas infelizmente o restante não teve o benefício justamente porque agente não sabia com antecedência para se organizar”.

A maioria dos moradores revela que não tem acesso aos programas dos governos municipal, estadual e federal. A falta de informação é o maior problema para o não conhecimento destas informações. Também foi relatado por moradores que não há participação por partes dos governos em visitar com maior frequência ou quase nenhuma no sentido de viabilizar assistência técnica, e dos programas de capacitação da comercialização dos seus produtos.

Segundo os moradores a luta pela sobrevivência na comunidade é constante, eles trabalham o dia todo para que nenhum palmo de terra fique descoberto por se tratar de uma zona de conflito.

No que se refere à produção agrícola da comunidade de Ponta de Gramame, são produzidos as seguintes culturas: macaxeira, feijão macassa, batata doce, inhame, milho, mamão, melancia, maracujá, acerola, banana, manga, jaca, caju, hortaliças (**Figura 6**).

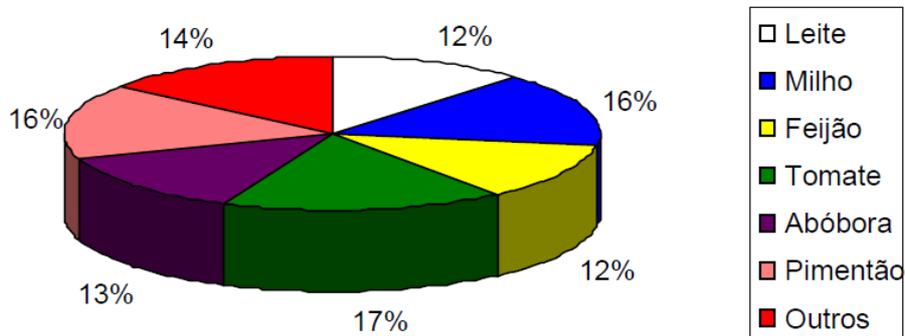


Figura 6: Produção agrícola dos assentados de ponta de Gramame. Fonte: Autor do Trabalho.

Como mostra a **Figura 6**, a maior produtividade está relacionada ao cultivo de milho, feijão macassa, mandioca, maracujá e hortaliças.

No que se refere à produção agrícola da comunidade de Ponta de Gramame, são produzidos as seguintes culturas: macaxeira (20%), feijão (25%), inhame (10%) milho (25%), maracujá (8%), abacaxi (7%) e mandioca (5%), todos sem adição de agrotóxicos. Segundo o Vice-Presidente da Associação dos Moradores da comunidade o Sr. Joseli Severino dos Santos conhecido como Doda, os produtos mais procurados no período de comercialização dos produtos são: macaxeira, feijão e as hortaliças, todos produzidos na comunidade sem adição de agrotóxicos.

A **Figura 7** apresenta a produção agrícola da comunidade que é usada para subsistência, comercialização e subsistência e comercialização. A macaxeira, o milho, o feijão, a batata-doce são produtos comuns para todos os chefes de família, no entanto, outros também merecem destaque na produção voltada para a comercialização, tais como: a alface, maracujá e a abóbora. Outros produtos completam a produção agrícola de hortifrutigranjeiros: a vagem e a cenoura. O feijão com 25% da produção também é consumido na própria comunidade e comercializado.

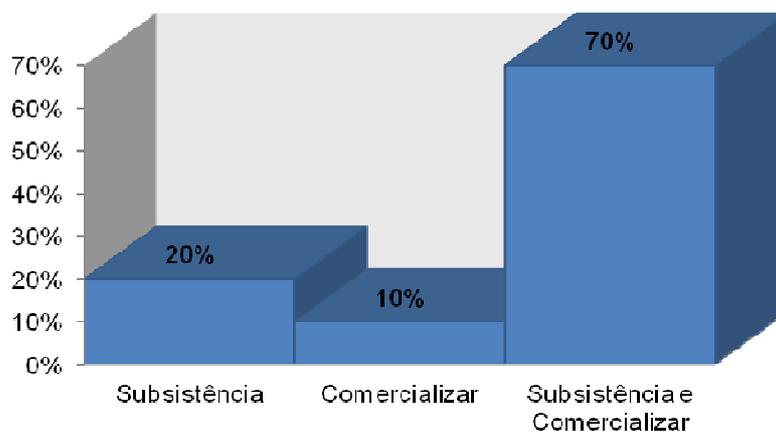


Figura 7. Tipos de produtividade. Fonte: Autor do Trabalho.

No que se refere à coleta de lixo foi perguntado aos moradores da comunidade qual o destino do lixo produzido. Apenas quatro famílias armazenam o lixo em sacos e a cada quinze dias é levado para a sede do sindicato e dado o destino final pela coleta de lixo da Prefeitura de João Pessoa. Porém, a maior parte enterra em buracos ou incinera na própria comunidade. Sendo que, uma pequena parte antes desse procedimento faz uma separação sobre os que podem ser aproveitados para venda, gerando um retorno financeiro para algumas famílias da comunidade.

A comunidade Ponta de Gramame é beneficiada geograficamente por ser banhada pelo rio Gramame e tê-los em sua área a afloração de várias nascentes e poços naturais. Contudo, perguntado sobre a qualidade da água para o consumo humano, por unanimidade responderam que na comunidade não tem água tratada. Também informaram que um estudo recente feito por pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) constatou que a água está contaminada (SOUSA, 2012). Sem alternativas, os moradores são obrigados a consumirem dessa água que originam de nascentes e cacimbas localizados dentro da comunidade (**Figura 8**).



Figura 8. Nascente do rio Ponta de Gramame. Fonte: Autor do Trabalho.

No que se refere às moradias foi perguntado sobre os tipos de residências. Segundo o representante do sindicato Valter Joaquim de Sousa em sua entrevista relata que 14,5% das casas são construídas de alvenarias e 85,5 % de taipa, sendo que todas as casas dispõem de energia elétrica, porém não existem banheiros adequados para suas necessidades.

Quando perguntado ao morador Sr. Walter Joaquim de Sousa sobre a assistência à educação e à saúde, ele respondeu: com relação à educação não temos escola, apenas um anexo, onde funciona a educação infantil para as nossas crianças e o programa Escola de Jovens e Adultos (EJA) onde alguns jovens e adultos participam. Em relação à saúde não há unidade de Saúde dentro da comunidade, a mais próxima está a 2,5 Km de distância a unidade Ipiranga, quando é mais grave leva para o hospital do Valentina em João Pessoa.

Perguntado ao presidente sobre a assistência à educação e a saúde, ele respondeu: “Com relação à educação nós temos uma escola municipal na comunidade que funciona o ensino fundamental I. Já em relação à saúde não há posto de atendimento dentro da comunidade, sendo que quando um morador adoece a família busca assistência no bairro Valentina no município de João Pessoa”. O que mostra se a comunidade dispusesse dos serviços de uma assessoria de comunicação para orientar a comunidade sobre as políticas públicas da educação e saúde seria bem mais fácil para a comunidade. Esse panorama mostra que a carência da informação sobre o acesso as políticas públicas da educação e saúde, dificulta o processo de melhoria na qualidade de vida da população.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à informação pode contribuir para o desenvolvimento local; no caso em questão, contribuir para que a comunidade tenha acesso aos programas de assistência à agricultura familiar, acesso à escola, a educação, a saúde, ao desenvolvimento rural sustentável, de forma a contribuir para uma melhor qualidade de vida da comunidade Ponta de Gramame.

Os resultados revelam que 70% desta comunidade não sabem ler nem escrever, estes dados são preocupantes, visto que estão abaixo da média nacional segundo o senso do IBGE, em 2010.

No que diz respeito ao acesso à educação e à saúde, as respostas ao questionário revelam um panorama desastroso pela ausência de políticas públicas do Estado. Isso foi observado na comunidade, uma vez que só existe um anexo para funcionamento da educação infantil e a modalidade Escola para Jovens e Adultos (EJA), bem como não existe dentro da comunidade nenhum atendimento à saúde. Devido à carência de informação comprometida pelo baixo nível de escolaridade da comunidade, as práticas de preservação ambiental no tocante ao descarte dos resíduos sólidos e conservação das nascentes dos mananciais são precárias.

Os resultados revelam que os agricultores não tem acesso aos programas básicos de assistência social à agricultura familiar, bem como as questões básicas da gestão ambiental.

A pesquisa revela que do contato pessoal, a principal fonte para se informar são agricultores e familiares através de uma antiga forma de comunicação o “boca a boca”.

A respeito dos meios de comunicação de massa, os agricultores assentados dispõem basicamente de televisão e rádio. Meios impressos e acesso a internet não constituem fontes informação dos agricultores da comunidade de Ponta de Gramame. Esse contexto, como se presenciou, constitui um terreno fértil para a proliferação de boatos e aproveitadores. Nesse sentido, a principal sugestão desta pesquisa é que as entidades públicas relacionadas ao poder público se preocupem em aumentar às formas de acesso as informações relacionadas às praticas de educação ambiental de interesse dos atores sociais e que não se repitam práticas direcionistas vistas em outro século.

Assim, o acesso à informação é imprescindível no tocante à gestão ambiental e o acesso às políticas públicas como ferramenta para o alicerce na construção de uma gestão que atenda as demandas e necessidades reais da população e sua efetiva participação social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BELTRÁN, B. A. La enseñanza del español con fines profesionales. In: Vademécum para la formación de profesores: enseñar español como segunda lengua (L2) /lengua extranjera (LE). Madrid: SGEL, 2004.
2. BORDENAVE, Juan Díaz. O que é participação? 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
3. CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 698p .
4. CORTEZ, Cácia e Ferreira, Maria Nazareth. O movimento sem terra e seus sistemas de comunicação: Cultura, comunicação e movimentos sociais, São Paulo, p. 133-140, 1999.
5. DIGNITATIS, Assessoria Técnica Popular, acesso em 7 de setembro de 2013 em <http://dignitatis-assessoria.blogspot.com.br/2011/06/trabalhadoresas-rurais-em-risco-de.html>, Junho de 2011. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Anais do Seminário de Avaliação de Projetos IPT. Habitação e meio ambiente: assentamentos urbanos precários. São Paulo: IPT, 2002.
6. DUPAS, Gilberto. A questão ambiental e o futuro da humanidade. In. Política Externa. Vol. 16, nº 1, 2007. São Paulo: Paz e Terra/USP, 2007.
7. EMBRAPA. Política de Comunicação. Brasília, EMBRAPA-SPI, 1996.
8. GRUPO GESTAR: Território, Trabalho e Cidadania – Pesquisa e Extensão UFPB. 2011. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2011/10/pb-pedido-de-apoio-a-comunidade-de-ponta-de-gramame/>. Acesso em: 08 de set. de 2013.
9. HOGGART, Richard. The Uses of Literacy. Aspects of working-class life, with special reference to publications and entertainments, London: Chatto and Windus, 1957.
10. IANNI, Octavio. A Era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
11. IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília, 2010.
12. KESSLER, Janea. Mais do que feijão com arroz: consumo, publicidade e cultura no meio rural. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1997.
13. SOUSA, Antonio Cícero. VII CONNEPI, 2012. Palmas. Anais. Palmas, Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação, Palmas, 2012.
14. VEIGA, José Eli. Nascimento de outra ruralidade. Revista Estudos Avançados, São Paulo, vol. 20, n. 57, p. 333-353, 2006.
15. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.